



CAPÍTULO 6

Produção de conhecimento sobre Sociobiodiversidade Amazônica: Perspectivas de Domínio para a sustentabilidade

Mateus Rebouças Nascimento, Antônio Carlos Picalho

Resumo

Analisa como a produção de conhecimento sobre sociobiodiversidade amazônica tem sido organizada e quais dimensões estruturam esse domínio para a promoção da sustentabilidade. A pesquisa articula revisão teórico-conceitual e mapeamento temático de dados tratados no software VOSviewer. Os resultados indicam a centralidade dos termos sociobiodiversidade, Amazônia e bioeconomia, evidenciando um domínio interdisciplinar organizado em quatro dimensões: econômico-produtiva e bioeconômica; socioambiental de conservação e segurança alimentar; territorial e urbano-regional; e sociocultural, institucional e de práticas locais. O alinhamento com o desenvolvimento sustentável concentra-se nos ODS 15, 13 e 2, revelando vínculo com conservação, clima e segurança alimentar. Conclui-se que a sociobiodiversidade amazônica constitui campo estratégico para articular conhecimento científico, saberes tradicionais, sustentabilidade e desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Sociobiodiversidade. Amazônia. Sustentabilidade. Bioeconomia.

Introdução

A produção de conhecimento no domínio da ciência concretiza-se no desenvolvimento de pesquisas em ambientes institucionais próprios, como universidades, institutos e centros de pesquisa, voltados à compreensão e à solução de questões de interesse social, ambiental, econômico, cultural e tecnológico. Tais investigações se efetivam por meio da disseminação de seus resultados em diferentes canais de comunicação científica, como artigos em periódicos, anais de eventos, capítulos de livro, dissertações, teses e demais formatos de registro do conhecimento científico, alimentando novos ciclos de produção a partir dos saberes já consolidados.

No contexto amazônico, essa produção assume contornos específicos, considerando que a Amazônia abriga a maior floresta tropical do planeta e uma das mais expressivas concentrações de diversidade biológica do mundo, “ocupando uma área de 6,3 milhões de km², que abrange Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela” (Brandão; Arieira; Nobre, 2024, p. 250). A essa dimensão territorial soma-se uma significativa diversidade sociocultural, constituída por povos indígenas de múltiplas etnias e línguas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco, pescadores artesanais e demais comunidades tradicionais.

Os saberes tradicionais associados à diversidade sociocultural amazônica configuram práticas relacionadas à biodiversidade, expressas no uso de plantas medicinais, em sistemas agroflorestais, no manejo de recursos pesqueiros e em técnicas de cultivo adaptadas às condições locais. Esses saberes constituem patrimônio informacional de valor científico, econômico e cultural, sendo transmitidos entre gerações por meio de formas próprias de organização comunitária. Conforme Miranda *et al.* (2025, p. 8), o conhecimento tradicional é “transmitido entre os membros da comunidade de forma diversa segundo critérios adotado pelo próprio grupo, como função social, gênero, idade, parentesco ou, ainda, preferências individuais”.

A relevância desses saberes amplia-se diante dos desafios que atravessam a região, como o desmatamento, a expansão da fronteira agropecuária, a exploração excessiva de recursos naturais, a apropriação indevida de terras e as ameaças aos modos de vida das populações locais. Os fatores mencionados evidenciam a necessidade de conservar a biodiversidade amazônica e, simultaneamente, assegurar a permanência dos sistemas culturais, produtivos e territoriais das comunidades que historicamente manejam esse ambiente. Nesse cenário, a sociobiodiversidade amazônica configura-se como objeto de investigação que atravessa múltiplas áreas do conhecimento, demandando contribuições das ciências biológicas, das ciências sociais, das ciências ambientais, entre outros campos.

A investigação do conhecimento registrado sobre essa temática, por intermédio dos canais comunicativos da ciência, pode ser realizada mediante a aplicação de técnicas dos estudos métricos da informação. A análise proporcionada por esses estudos contribui para identificar como o conhecimento é produzido, disseminado e organizado, permitindo a construção de indicadores sobre os principais atores de determinado domínio, suas redes de colaboração, as temáticas discutidas, os canais de comunicação utilizados e os possíveis impactos dessa produção para a sociedade.

Nesse sentido, mapear como a produção de conhecimento sobre sociobiodiversidade amazônica tem sido discutida permite verificar não apenas o que tem sido produzido, mas também quais dimensões estruturam esse domínio. Identificar essas dimensões tor-

na-se relevante quando se considera que a sociobiodiversidade amazônica não constitui apenas um objeto de investigação acadêmica, mas também um ativo estratégico para a promoção da inovação, da sustentabilidade e do desenvolvimento regional.

A forma como o conhecimento sobre o tema se organiza, isto é, quais conceitos o estruturam, quais metodologias o investigam e quais instituições o sustentam, condiciona diretamente a capacidade de transformar esse patrimônio em produtos, processos, políticas e práticas que beneficiem tanto a sociedade quanto as populações que historicamente produzem e preservam esses saberes. Diante dessa perspectiva, o objetivo deste capítulo é analisar como a produção de conhecimento sobre sociobiodiversidade amazônica tem sido organizada.

Para tanto, busca-se responder à seguinte questão norteadora: como a produção de conhecimento sobre sociobiodiversidade amazônica tem sido articulada e quais dimensões a estruturam para a promoção da sustentabilidade? A discussão é conduzida em caráter teórico-conceitual, articulada a uma metodologia de mapeamento de temáticas por meio de *software* métrico que sistematiza como tais dimensões podem ser evidenciadas no levantamento da produção científica sobre o tema.

O entendimento de domínio adotado nesta pesquisa refere-se a uma comunidade de pesquisadores que compartilha objetos de investigação, referenciais teóricos, vocabulários, métodos e canais de comunicação, estruturando-se em torno de questões comuns que orientam a produção de conhecimento. No caso da sociobiodiversidade amazônica, essa delimitação fundamenta-se no fato de que o tema não se ancora em um único campo disciplinar, mas se constitui na integração de múltiplas áreas que dialogam, nem sempre de maneira articulada, em torno de um objeto compartilhado.

Para a identificação do domínio focado nas temáticas discutidas, foi construída uma expressão de busca composta por termos relacionados à sociobiodiversidade e à Amazônia: ("*Sociobiodiversity*" OR "*Socio-biodiversity*") AND ("*Amazonian*" OR "*Amazon*" OR "*Amazonic*" OR "*Amazônia*" OR "*Amazonia*" OR "*Amazônica*"). Os dados foram coletados em maio de 2026 na base Web of Science, resultando na recuperação de 43 documentos alinhados à temática. A escolha da base justifica-se por seu caráter multidisciplinar e pela possibilidade de exportação dos registros em formato compatível com o VOSviewer, utilizado para a geração automatizada dos grafos métricos. Para o tratamento e a visualização das redes, foi utilizada a versão 1.6.20 do *software*.

Amazônia e Sociobiodiversidade: Bases Conceituais para a Produção de Conhecimento

Pensar a Amazônia como base conceitual para a produção de conhecimento requer compreendê-la para além de uma reserva de recursos naturais, de uma fronteira econômica ou de um espaço de biodiversidade. A região constitui um território complexo, produzido por relações históricas, sociais, culturais, ecológicas, políticas e econômicas que se articulam em diferentes escalas. Nessa perspectiva, a Amazônia não pode ser compreendida apenas como um bioma, mas como uma formação socioespacial marcada por múltiplas territorialidades, ressaltada na “territorialidade humana que qualifica a Amazônia na relação do ser humano/povos e natureza” (Silva, 2025, p. 2).

Na atualidade, o território amazônico na perspectiva de Oliveira Neto (2024, p. 75) está “organizado dentro de uma racionalização centrada na necessidade de estabelecer e de potencializar os fluxos materiais em diversas escalas, principalmente na escala regional, nacional e internacional”. Ter a compreensão territorial é fundamental para analisar a sociobiodiversidade, pois a diversidade amazônica não se encontra dissociada das formas de ocupação, manejo e significação construídas historicamente pelos sujeitos que habitam a região.

O território não atua somente como um espaço físico, mas como ambiente de reprodução cultural, econômica, simbólica e política. É nele que se constituem práticas de uso dos recursos naturais, formas de organização comunitária, relações de pertencimento e estratégias de resistência diante de processos de expropriação e mercantilização da natureza, sendo este território “situando a Amazônia como arena de tensões entre projetos estatais, interesses econômicos e modos de vida tradicionais” (Amaral; Cajado, 2025, p. 172).

A sociobiodiversidade emerge da necessidade de compreender as relações entre natureza e sociedade de forma integrada. Diferentemente de uma abordagem restrita à biodiversidade como conjunto de espécies, genes ou ecossistemas, a sociobiodiversidade incorpora os sistemas socioculturais que participam da produção, conservação, uso e transmissão dos conhecimentos associados à natureza. Assim, trata-se de um “conceito que expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais” (Brasil, 2009, p. 9).

Nesse sentido, a sociobiodiversidade é compreendida para além da soma entre biodiversidade e diversidade cultural, sendo a relação dinâmica entre ambas, envolvendo a questão histórica e dinâmica entre a diversidade cultural humana e os ecossistemas, desempenhando função na conservação da natureza, na segurança alimentar e na adaptação

às mudanças climáticas (Joly, 2025, p. 2). Os modos de vida na Amazônia, suas práticas produtivas e seus sistemas de conhecimento contribuem para a biodiversidade e participam de sua manutenção e transformação.

Essa perspectiva permite reconhecer que os saberes tradicionais associados à sociobiodiversidade possuem racionalidades próprias de produção, validação e circulação, sendo “uma totalidade de saberes e práticas de origem local estabelecidas por meio de experiências e observações por diferentes grupos sociais e locais” (Fonseca, 2025, p. 77). Embora nem sempre sejam registrados nos formatos convencionais da ciência, tais saberes constituem sistemas informacionais complexos, sustentados pela oralidade, pela memória coletiva, pela experiência prática e pelas relações comunitárias.

Desse modo, o conhecimento tradicional é uma forma legítima de compreender, classificar, manejar e conservar a natureza, oriundo na “fonte da espiritualidade em interconexão com o território, não prevendo distinções entre o empírico e o sagrado” (Moreira, 2025, p. 33). Oliveira, Chaves e Miranda (2025, p. 3) reforçam ainda que os conhecimentos tradicionais são fundamentais “tanto para a preservação cultural quanto para o fortalecimento de práticas sustentáveis no território”.

A sociobiodiversidade amazônica também introduz uma dimensão epistemológica para a produção científica. Ao estudar os saberes, práticas e territórios tradicionais, a ciência precisa refletir sobre quem define os problemas de pesquisa, quais conhecimentos são reconhecidos como válidos, quais sujeitos aparecem como atores e quais permanecem apenas como fontes de informação, onde discutir sociobiodiversidade implica questionar a relação entre ciência e saberes tradicionais.

No campo da inovação, a sociobiodiversidade amazônica apresenta um potencial estratégico, desde que a inovação seja compreendida para além da lógica estritamente tecnológica ou mercadológica. Inovar, nesse contexto, envolve criar soluções sustentáveis e territorialmente comprometidas, capazes de valorizar produtos, processos, técnicas, serviços e formas organizativas que fortaleçam comunidades locais, promovam geração de renda, conservem ecossistemas e respeitem os modos de vida tradicionais. Assim, a inovação vinculada à sociobiodiversidade aproxima-se da inovação social, compreendida como campo de “proposições de reformulação de processos a partir de novos conhecimentos alinhados à realidade social, com maior capilaridade e inércia” (Faria; Vasconcellos Sobrinho; Mascarenhas, 2025, p. 3).

O conceito de inovação social é compreendido, em sua essência, a partir da “criação de valor social e da melhoria dos padrões da qualidade de vida das pessoas” (Moreira *et al.*, 2024, p. 5). Nessa direção, Reinaldo e Pinto (2023) compreendem o ecossistema de inovação social como um ambiente local ou regional constituído pela interação entre diferentes

atores, como empresas, empreendedores sociais, organizações com ou sem fins lucrativos, fundos de investimento, incubadoras, universidades, organizações não governamentais, governos, comunidades e demais instituições. Esses atores compartilham capacidades e recursos, financeiros ou não, com a finalidade de enfrentar problemas sociais de forma inovadora, reduzir impactos negativos e/ou ampliar impactos positivos na sociedade.

A Figura 1 apresenta o processo de inovação social, no qual a geração de impacto decorre de etapas sucessivas que envolvem investigação, análise e proposição de soluções, formalização e projeto piloto, manutenção, avaliação e escalabilidade (Silva, 2018). Essa representação evidencia que a inovação social se desenvolve de modo gradual e articulado, partindo da identificação de problemas sociais até alcançar a ampliação de seus efeitos e a mudança social sistêmica.

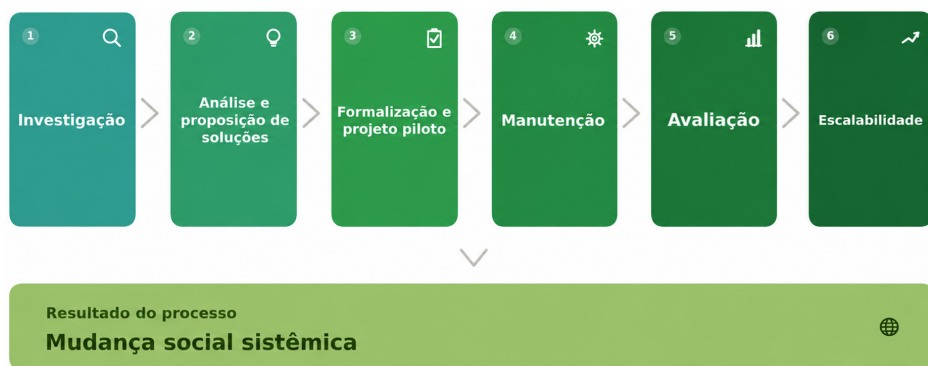


Figura 1 Processo de inovação social. Fonte: Adaptado de Silva (2018, p. 51).

O processo representado demonstra que a inovação depende de ciclos de aprendizagem, experimentação e ajuste contínuo. Desse modo, o impacto social não resulta apenas da criação de uma ideia inovadora, mas da capacidade de consolidá-la, avaliá-la e ampliá-la em diálogo com os atores envolvidos e com as necessidades do território. Cabe destacar que é uma tarefa difícil avaliar e mensurar o impacto de qualquer forma de inovação (Silva, 2018).

Aplicada à sociobiodiversidade amazônica, a inovação social pode ser situada como uma dimensão estratégica no domínio. A articulação entre atores, instituições, comunidades e recursos possibilita compreender de que modo os saberes tradicionais e científicos podem ser mobilizados na construção de soluções voltadas à conservação da biodiversidade, à valorização dos territórios e à promoção do desenvolvimento regional sustentável. Assim, a sociobiodiversidade deixa de ser tratada apenas como objeto de investigação

acadêmica e passa a ser compreendida como campo de interação entre conhecimento, inovação, governança e transformação social.

No âmbito da produção de conhecimento, a sociobiodiversidade amazônica configura-se como objeto interdisciplinar, pois mobiliza contribuições de diferentes áreas do conhecimento. As ciências biológicas contribuem para a identificação e compreensão da biodiversidade; as ciências ambientais discutem conservação, sustentabilidade e manejo; as ciências sociais analisam territórios, conflitos, práticas culturais e relações de poder; a economia e o desenvolvimento regional examinam cadeias produtivas e alternativas de geração de renda; e a Ciência da Informação oferece instrumentos para mapear, organizar e interpretar a produção registrada sobre o tema. Essa pluralidade demonstra que a sociobiodiversidade não pertence a um único campo disciplinar, mas se constitui em uma zona de interface entre diferentes domínios.

Compreender a Amazônia a partir da sociobiodiversidade significa reconhecer que a produção de conhecimento sobre a região está situada em um campo de relações entre natureza, cultura, território, ciência, política e economia. Essa perspectiva oferece base teórica para analisar a produção de conhecimento sobre o domínio e quais dimensões emergem desse processo. A partir dessas bases conceituais, a sociobiodiversidade amazônica pode ser compreendida como uma temática em construção, cuja organização depende da articulação entre conceitos, métodos, atores e canais de comunicação científica.

Domínios Temáticos Sobre Sociobiodiversidade Amazônica

Após a delimitação conceitual da sociobiodiversidade amazônica como campo de conhecimento, esta seção apresenta os domínios temáticos da produção de conhecimento. O mapeamento evidencia como os termos associados ao domínio se conectam, quais temáticas ocupam posições centrais e de que modo os agrupamentos formados contribuem para compreender as dimensões que estruturam a produção científica sobre o tema.

A Figura 2 apresenta o mapa de conhecimentos sobre sociobiodiversidade amazônica, no qual cada nó corresponde a uma temática, a espessura das linhas indica a intensidade da coocorrência e as cores distinguem os agrupamentos temáticos identificados. A rede reúne 91 temáticas, distribuídas em 18 agrupamentos, dos quais aproximadamente dois terços se estabelecem no interior dos próprios agrupamentos e um terço os atravessa. Essa configuração revela um domínio simultaneamente especializado em frentes temáticas próprias e articulado por conexões que asseguram coesão ao conjunto.

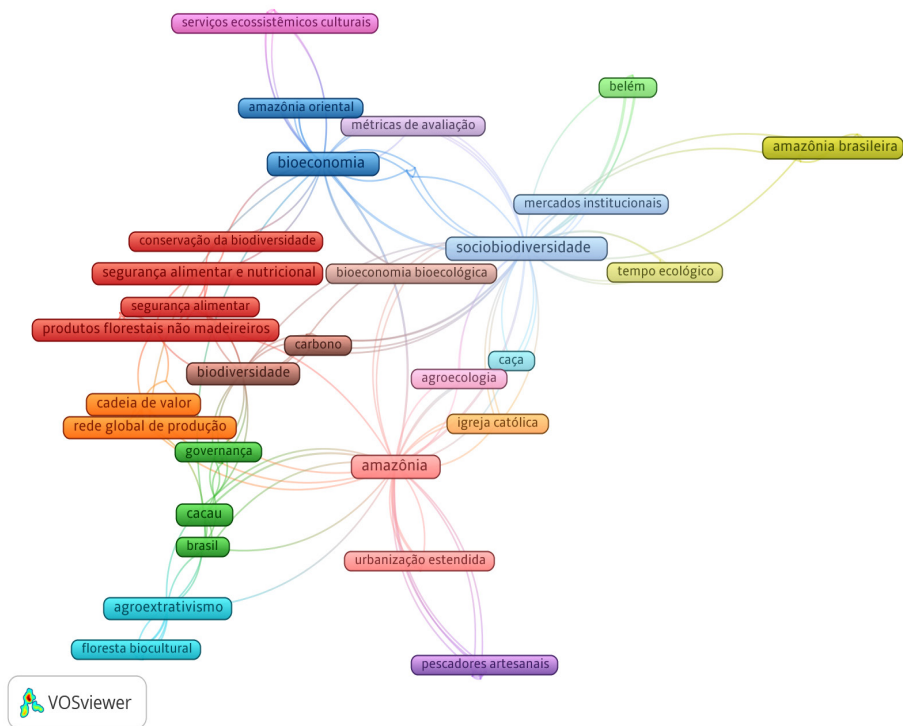


Figura 2 Mapa de conhecimentos sobre sociobiodiversidade amazônica. *Fonte:* Elaborado pelos autores (2026).

No mapa, três temáticas se destacam pela centralidade na rede, tanto pelo número de ocorrências quanto pela força total de ligação: sociobiodiversidade, Amazônia e bioeconomia. Esses nós centrais explicitam a densidade do núcleo da rede e operam como eixos estruturantes do domínio. A sociobiodiversidade funciona como conceito organizador e agregador, enquanto Amazônia opera como recorte territorial e bioeconomia introduz uma perspectiva de valorização econômica da biodiversidade. A leitura dos agrupamentos permite interpretar a rede a partir de quatro dimensões temáticas relacionadas ao domínio da produção de conhecimento sobre sociobiodiversidade amazônica.

A primeira é a dimensão econômico-produtiva e bioeconômica, que reúne temáticas como bioeconomia, bioeconomia bioecológica, cadeia de valor, rede global de produção, produtos florestais não madeireiros, cacau e mercados institucionais. O conjunto evidencia uma vertente do domínio voltada à valorização econômica da sociobiodiversidade, articu-

lando cadeias produtivas, circulação de produtos da floresta e estratégias de inserção em mercados, o que aproxima o debate da geração de renda e do desenvolvimento regional.

A segunda é a dimensão socioambiental de conservação e segurança alimentar, expressa em temáticas como biodiversidade, conservação da biodiversidade, carbono, segurança alimentar e segurança alimentar e nutricional. Essa dimensão mostra que a sociobiodiversidade amazônica também é pensada a partir da proteção do patrimônio natural e de sua relação com a sustentabilidade dos sistemas alimentares, indicando uma agenda em que conservação ambiental e garantia de condições de vida aparecem de forma articulada.

A terceira é a dimensão territorial e urbano-regional, estruturada a partir do nó Amazônia e de suas conexões com Amazônia brasileira, Amazônia oriental, Belém, Brasil e urbanização estendida. O eixo demonstra que a produção de conhecimento não se limita à floresta como espaço abstrato, mas incorpora recortes territoriais e dinâmicas regionais e urbanas, permitindo compreender a sociobiodiversidade em suas relações com o território amazônico em diferentes escalas.

A quarta é a dimensão sociocultural, institucional e de práticas locais, que agrega temáticas como agroextrativismo, floresta biocultural, serviços ecossistêmicos culturais, pescadores artesanais, caça, igreja católica, governança, tempo ecológico e métricas de avaliação. O agrupamento sugere que o domínio também é estruturado por práticas sociais e culturais, formas de organização e mediações institucionais que participam da produção de conhecimento sobre a sociobiodiversidade, evidenciando a presença de saberes situados, atores locais e diferentes formas de interpretar e gerir a relação entre sociedade e natureza.

A Tabela 1 apresenta a distribuição da produção sobre sociobiodiversidade amazônica por Grande Área do Conhecimento do CNPq, considerando a afinidade temática predominante das classificações recuperadas na Web of Science. A tabela organiza-se em quatro colunas. A primeira identifica a Grande Área do Conhecimento. A segunda informa o número de ocorrências, isto é, quantas vezes os documentos do corpus foram associados a cada área. A terceira expressa o percentual dessas ocorrências em relação ao total. A quarta apresenta a ênfase temática predominante, indicando os principais enfoques associados a cada agrupamento disciplinar.

Observa-se que as Ciências Humanas concentram a maior parte das ocorrências, com pouco mais de um terço do total, seguidas pela categoria Outra/Interdisciplinar, com cerca de um quarto, e pelas Ciências Biológicas, com quase um quinto. Em conjunto, essas três frentes respondem por aproximadamente quatro quintos da produção, evidenciando que a sociobiodiversidade amazônica constitui um objeto de pesquisa estruturado simultaneamente por dimensões sociais, territoriais, ambientais e ecológicas. Esse resultado reforça o

caráter interdisciplinar do domínio, no qual sociedade, território, biodiversidade, conservação e sustentabilidade aparecem como eixos articuladores da produção científica.

Tabela 1 Distribuição da produção sobre sociobiodiversidade amazônica por Grande Área do Conhecimento (CNPq)

Grande Área do Conhecimento (CNPq)	Ocorrências	% das ocorrências	Ênfase temática predominante
Ciências Humanas	19	33,9%	Território, sociedade, cultura, educação, religião, relações sociais e estudos regionais
Outra / Interdisciplinar	15	26,8%	Sustentabilidade, meio ambiente, estudos ambientais e ciência multidisciplinar
Ciências Biológicas	10	17,9%	Biodiversidade, conservação, ecologia e espécies vegetais
Ciências Agrárias	6	10,7%	Produção, manejo, floresta, agricultura e alimentos
Ciências Exatas e da Terra	3	5,4%	Sistemas de informação, geografia física, clima e atmosfera
Ciências Sociais Aplicadas	3	5,4%	Economia, direito, administração pública e políticas institucionais

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

As Ciências Humanas apresentam ênfase em território, sociedade, cultura, educação, religião, relações sociais e estudos regionais, o que evidencia sua centralidade na compreensão das dinâmicas socioculturais e territoriais associadas à sociobiodiversidade amazônica. A categoria Outra/Interdisciplinar reúne enfoques relacionados à sustentabilidade, ao meio ambiente, aos estudos ambientais e à multidisciplinaridade, demonstrando que parte expressiva da produção se organiza em torno de problemas transversais que ultrapassam os limites disciplinares tradicionais. Já as Ciências Biológicas concentram-se em biodiversidade, conservação, ecologia e espécies vegetais, indicando a relevância da dimensão ecológica para a compreensão do domínio.

As Ciências Agrárias aparecem de forma complementar, associadas à produção, ao manejo, à floresta, à agricultura e aos alimentos, aspectos diretamente vinculados às cadeias produtivas e aos usos sustentáveis dos recursos naturais. As Ciências Exatas e da Terra têm participação pontual, com ênfase em sistemas de informação, geografia física,

clima e atmosfera, indicando contribuições técnico-metodológicas para a análise espacial e ambiental. As Ciências Sociais Aplicadas também apresentam discussões voltadas à economia, ao direito, à administração pública e às políticas institucionais, contribuindo para a compreensão das dimensões econômicas, jurídicas e de gestão pública relacionadas à sociobiodiversidade amazônica.

Quanto ao alinhamento da produção com a Agenda 2030, a Figura 3 apresenta a distribuição dos documentos analisados conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), evidenciando as dimensões do desenvolvimento sustentável para as quais o domínio mais contribui. Considerando que um mesmo documento pode alinhar-se a mais de um objetivo, observa-se que o ODS 15 (Vida Terrestre) é o mais representativo, presente em 22 documentos (51,2%), seguido pelo ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), com 18 documentos (41,9%), e pelo ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), com 17 documentos (39,5%).



Figura 3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável alinhados à produção sobre sociobiodiversidade amazônica. *Fonte:* Elaborado pelos autores (2026).

A predominância do ODS 15 relaciona-se com a natureza do domínio, tendo em vista que esse objetivo se volta para a proteção, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas terrestres, a gestão sustentável das florestas e a contenção da perda de biodiversidade, dimensões diretamente relacionadas à conservação da sociobiodiversidade amazônica. A ocorrência do ODS 13 sinaliza que a produção articula a sociobiodiversidade ao debate cli-

mático, reconhecendo o papel da floresta amazônica na regulação do clima, ao passo que a expressiva ocorrência do ODS 2 evidencia a vinculação do tema à segurança alimentar e à agricultura sustentável, dimensão na qual os sistemas tradicionais de manejo e os produtos da sociobiodiversidade assumem papel relevante.

Destacam-se também objetivos voltados às dimensões sociais do desenvolvimento, como o ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar). A ocorrência desses objetivos reforça o caráter sociobiodiverso da produção, no qual a conservação ambiental é articulada à melhoria das condições de vida das populações tradicionais, seja pela geração de renda associada aos produtos da sociobiodiversidade, seja pela relação entre os saberes tradicionais e as práticas de saúde. Observa-se a ocorrência do ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e do ODS 14 (Vida na Água), ambos presentes em 7 documentos, este último associado aos ecossistemas que permeiam a pesca, relevantes no contexto amazônico.

A baixa ocorrência de objetivos relacionados à inovação, ao trabalho e à produção responsável sugere uma lacuna na articulação entre a sociobiodiversidade amazônica e as dimensões produtivas e institucionais do desenvolvimento sustentável. Esse resultado indica uma agenda de pesquisa ainda pouco explorada, especialmente no que se refere à apropriação dos preceitos da inovação social, cuja orientação articula geração de valor econômico, transformação social e ampliação do bem-estar coletivo (Portales, 2019).

Considerações Finais

Diante do exposto, infere-se que os estudos sobre sociobiodiversidade amazônica concentram-se nas dimensões ambiental, climática e de segurança alimentar do desenvolvimento sustentável, articulando-as a aspectos sociais, como a erradicação da pobreza e a promoção da saúde. Tal distribuição evidencia o diálogo do domínio com a Agenda 2030, especialmente no que se refere à conservação dos ecossistemas, ao enfrentamento das mudanças climáticas e ao bem-estar das populações tradicionais.

Retomando o objetivo deste capítulo, que consistiu em analisar como a produção de conhecimento sobre sociobiodiversidade amazônica tem sido organizada e quais dimensões a estruturam para a promoção da sustentabilidade, conclui-se que esse campo se organiza de forma interdisciplinar, articulando conceito, território e sustentabilidade. A centralidade dos termos sociobiodiversidade, Amazônia e bioeconomia demonstra que o domínio se estrutura a partir de três eixos organizadores: a sociobiodiversidade como categoria conceitual, a Amazônia como recorte territorial e a bioeconomia como perspectiva de valorização dos recursos naturais e dos saberes associados.

Em resposta à questão de pesquisa, os resultados indicam que esse domínio é constituído por quatro dimensões principais. A primeira é a dimensão econômico-produtiva e bioeconômica, relacionada às cadeias de valor, aos produtos florestais não madeireiros, aos mercados institucionais e às estratégias de geração de renda. A segunda é a dimensão socioambiental de conservação e segurança alimentar, que articula biodiversidade, carbono, conservação e sistemas alimentares sustentáveis. A terceira é a dimensão territorial e urbano-regional, que evidencia a Amazônia em diferentes escalas e dinâmicas espaciais. A quarta é a dimensão sociocultural, institucional e de práticas locais, composta por temas como agroextrativismo, saberes situados, governança, práticas tradicionais e mediações institucionais.

Essas dimensões demonstram que a sociobiodiversidade amazônica não é tratada apenas sob a lógica da conservação ambiental, mas a partir de um conjunto de relações entre biodiversidade, território, cultura, economia, políticas públicas e práticas sociais. Nesse sentido, a sustentabilidade aparece como eixo integrador, ao conectar a proteção dos ecossistemas à segurança alimentar, ao fortalecimento dos modos de vida tradicionais, à valorização dos produtos da floresta e à construção de alternativas de desenvolvimento regional.

Destaca-se, portanto, que a sociobiodiversidade amazônica se configura como um domínio de conhecimento em construção, marcado pela interdisciplinaridade e pela necessidade de maior integração entre ciência, saberes tradicionais, políticas públicas e práticas territoriais. A contribuição do capítulo está em evidenciar que o mapeamento pode auxiliar na visualização de temáticas prioritárias, permitindo identificar centralidades, agrupamentos temáticos, lacunas e possibilidades de articulação entre diferentes campos do conhecimento.

Conclui-se que compreender a organização desse domínio é fundamental para pensar o futuro da inovação na Amazônia. Mais do que um objeto de investigação, a sociobiodiversidade apresenta-se como caminho estratégico para articular conservação ambiental, valorização cultural, geração de renda e desenvolvimento regional sustentável.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, M.; CAJADO, R. A. Quando o território fala: narrativas quilombolas e percepções sobre mudanças climáticas na Amazônia Atlântica. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 49, n. 2, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.33148/ctrpico.v49i2.2676>. Acesso em: 20 maio 2026.
- BRANDÃO, D. O.; ARIEIRA, J.; NOBRE, C. A. Impactos das mudanças climáticas na sociobioeconomia da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 38, n. 112, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s01034014.202438112.014>. Acesso em: 25 maio 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, DF: MDA; MMA; MDS, 2009.

FARIA, T. L. M.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; MASCARENHAS, D. F. Inovação em governança na Amazônia: atores e processos. **Administração de Empresas em Revista**, [S.l.], v. 1, n. 38, 2025. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/6921>. Acesso em: 29 maio 2026.

FONSECA, D. L. de S. **A gestão do conhecimento indígena: proposta de um modelo conceitual para o contexto amazônico**. Orientadora: Profa. Dra. Thaís Batista Zaninelli. 2025. 337 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação/Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/items/8090e4cd-9d-55-40fe-bd83-ebab5efe1ced>. Acesso em: 20 maio 2026.

JOLY, C. A. Biodiversidade, sociobiodiversidade e mudanças climáticas: O link indissolúvel. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 77, n. 4, 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.48207/2317-6660.20250057>. Acesso em: 20 maio 2026.

MIRANDA, E. B. de *et al.* Bem viver, conhecimento tradicional e conhecimento ecológico local. **Revista de Geopolítica**, [S. l.], v. 16, n. 4, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/revgeo-v16n4-059>. Acesso em: 23 maio 2026.

MOREIRA, N. X. Inter-relações entre conhecimento tradicional, biodiversidade e defesa nacional. **Diálogos Soberania e Clima**, Brasília, v. 4, n. 1, 2025. Disponível em: <https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-Marco-2025-Portugues-04-30-41.pdf>. Acesso em: 25 maio 2026.

MOREIRA, P. V. *et al.* Parceria empresa-ONG: inovação social para o desenvolvimento comunitário na Amazônia brasileira. **Interações**, Campo Grande, v. 25, n. 3, 2024. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/4366>. Acesso em: 29 maio 2026.

OLIVEIRA NETO, T. Território e circulação na Amazônia contemporânea: fluxos, redes e sazonalidades. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, Tabatinga, v. 8, n. 2, 2024. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/view/3392>. Acesso em: 23 maio 2026.

OLIVEIRA, D. M. da S.; CHAVES, J. de O.; MIRANDA, A. C. G. Valorização do conhecimento tradicional: contribuições da etnobotânica na preservação cultural no fortalecimento das práticas sustentáveis locais. **Aracê**, [S. l.], v. 7, n. 12, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/11401>. Acesso em: 20 maio 2026.

PORTALES, L. **Social innovation and social entrepreneurship: fundamentals, concepts, and tools**. [S. l.]: Springer Nature B.V., 2019.

REINALDO, C. M.; PINTO, F. R. Ecossistema de inovação social: uma revisão sistemática. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, v. 16, n. 48, 2023. Disponível em: <https://revistaboletimconjuntura.com.br/boca/article/view/2966>. Acesso em: 29 maio 2026.

SILVA, R. G. da C. Amazônia, dinâmicas territoriais e conflitos agrários: revisão de uma trajetória de curta duração. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 28, n. 1, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v28i1.10467>. Acesso em: 20 maio 2026.

SILVA, R. L. M. da. **Inovação Social**: um estudo a partir das parcerias desenvolvidas ao longo do seu processo em empresas sociais brasileiras e britânicas. Orientadora: Profa. Dra. Andréa Paula Segatto. 2018. 305 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Administração/Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/58757>. Acesso em: 20 maio 2026.

